

ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 04.128.563/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,
Submetemos à apreciação de V.Sas. acionistas e a sociedade em geral, o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Energia Paulista Participações S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

O principal objetivo da Companhia é a participação na AES Tietê S.A. (subsidiária integral do grupo AES). A Companhia adquiriu 8.968.224.985 ações preferenciais da AES Tietê S.A. em 21 de agosto de 2001 através de Oferta Pública de Compra de Ações, representando 9,57% do capital social. O valor referente a estas ações foram financiados através das debêntures emitidas em 29 de junho de 2001

com vencimentos em agosto de 2002 e de 2003. No exercício encerrado a Companhia auferiu prejuízo no montante de R\$ 169.753. Este prejuízo é decorrente da amortização do ágio em investimentos, da variação monetária e juros incorridos até 31 de dezembro de 2001 que foram parcialmente compensados com a equivalência patrimonial.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Em reais – R\$)

ATIVO	2001	2000	PASSIVO	2001	2000
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	2.527	100	Fornecedores	2.479	-
Aplicações financeiras	377.085	-	Tributos e contribuições sociais	1.236	-
Dividendos a receber da controlada indireta	10.129.818	-	Debêntures	54.064.665	-
Tributos a recuperar	614.235	-	Encargos de dívidas	2.546.921	-
Total do circulante	11.123.665	100	Total do circulante	56.615.301	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Tributos e contribuições sociais	1.789.098	-	Debêntures	61.838.609	-
PERMANENTE			Encargos de dívidas	3.217.107	-
Investimento	147.096.753	-	Total do exigível a longo prazo	65.055.716	-
Diferido	2.715.848	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do permanente	149.812.601	-	Capital social	41.224.100	100
TOTAL DO ATIVO	162.725.364	100	Prejuízo do exercício	(169.753)	-
			Total do patrimônio líquido	41.054.347	100
			TOTAL DO PASSIVO	162.725.364	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 (Em reais – R\$)					
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucro	Prejuízo do exercício	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2000	-	-	-	-	-
Capital subscrito e integralizado	100	-	-	-	100
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	100	-	-	-	100
Aumento de capital	41.224.000	-	-	-	41.224.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(169.753)	(169.753)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	41.224.100	-	-	(169.753)	41.054.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 E DE 2000 (Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energia Paulista Participações S.A. foi constituída em 6 de novembro de 2000 como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo como objeto:

- estudar, planejar, construir e operar sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia, resultante do aproveitamento de rios e outras fontes de energia;
- estudar, projetar, executar planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes de vetores de energia, diretamente ou em cooperação com outras entidades; e
- deter participação acionária em outras sociedades, bem como participar em licitações públicas.

Em 30 de dezembro de 2000, os sócios resolveram transformar a natureza jurídica da sociedade para sociedade por ações.

2. APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas seguindo os princípios e práticas contábeis estabelecidos pela legislação societária e normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Aplicações financeiras – as aplicações financeiras são registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Investimento – o investimento em controlada indireta é registrado pelo método de equivalência patrimonial.

Ativo diferido – representado pelos custos incorridos na emissão de debêntures, sendo sua amortização registrada de forma linear pelo prazo desses títulos.

Debêntures – são atualizadas até a data do balanço pelos encargos financeiros determinados no contrato. A variação monetária, os juros e demais encargos são apropriados em despesas financeiras.

Contribuição social e imposto de renda – a provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o período.

Prejuízo por ação – é determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia possui saldo de R\$ 377.085 em aplicações financeiras de curto prazo (inferior a 90 dias), tendo como rentabilidade média 99% do CDI.

5. INVESTIMENTO

Em 21 de agosto de 2001, a Companhia adquiriu 8.968.224.985 ações correspondentes a 9,57% do capital social da AES Tietê S.A. pelo valor de R\$ 150.307.451, apurando ágio no montante de R\$ 113.419.624 fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da controlada indireta. Este valor será amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da aquisição.

Patrimônio líquido ajustado da investida 401.284.699
Percentual de participação 9,57%
Saldo do investimento 38.402.946
Ágio na aquisição do investimento 108.693.807
Total 147.096.753

	Investimento	Ágio	Total
Aquisição do investimento	36.887.827	113.419.624	150.307.451
Equivalência patrimonial	12.254.901	-	12.254.901
Amortização do ágio	-	(4.725.817)	(4.725.817)
Dividendos a receber	(10.739.782)	-	(10.739.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2001	38.402.946	108.693.807	147.096.753

Dividendos a receber:
Valor bruto 10.739.782
Imposto de renda retido na fonte (609.964)
Valor líquido – classificado no ativo circulante 10.129.818

6. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO – EFEITOS NA CONTROLADA INDIRETA AES TIETÊ S.A.

Pela Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. Esse programa tem por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de 4 de junho de 2001 até 1º de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica.

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não podem ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do programa de redução de consumo, as empresas distribuidoras têm vários pleitos com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no entender das em-

presas resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos. Em dezembro de 2001, para solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial). Entre as principais resoluções aprovadas através da Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, destacamos aquelas diretamente relacionadas com as concessionárias geradoras:

a) As concessionárias distribuidoras alcançadas pela recomposição tarifária extraordinária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, os valores dos contratos iniciais e equivalentes, com redução proporcional àquela aplicada às concessionárias distribuidoras. Essa redução foi de 2,3%, conforme informação fornecida pela Aneel.

b) Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional; bem como relativa à aplicação do Anexo V dos contratos iniciais, será firmado por concessionárias distribuidoras e geradoras, como condição necessária para a homologação pela Aneel do montante referente à recomposição tarifária extraordinária da receita no racionamento, termo aditivo aos contratos iniciais e equivalentes, assim definidos em Resolução da Aneel, que incluirá a fórmula substitutiva a esse Anexo V.

c) A parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE (energia livre), realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2001 da AES Tietê S.A. contemplaram os seguintes ajustes decorrentes do Acordo:

Complemento de receita dos contratos iniciais	50.790.000
Custo da compra de energia livre – MAE no período de junho a dezembro	(218.063.000)
Custo da compra de energia livre e recompra da sobre de contrato no MAE em maio de 2001	(16.135.000)
Redução da receita pela aplicação do Anexo V no mês de maio	(2.299.000)
Recuperação de parte do custo de energia livre adquirida do MAE	157.039.000
Recuperação adicional (ressarcimento) da compra de energia livre	53.132.000
Total dos efeitos antes dos impostos (receita)	24.464.000
Imposto de renda e contribuição social	(8.318.000)
Total dos efeitos – líquidos dos impostos (receita)	16.146.000

Efeito incluído no resultado da equivalência patrimonial da Companhia 1.545.000

Os valores relativos à parcela de energia livre a ser reembolsada pelas empresas distribuidoras foram registrados originalmente pela AES Tietê S.A. com base na estimativa oficial disponibilizada pela ASMAE em 13 de março de 2002. Como essa estimativa apresentou divergência de valores decorrentes de controvérsia existente sobre a interpretação do referido Acordo entre a maioria das empresas geradoras e a Aneel, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, em reunião realizada em 20 de março de 2002, concordou com as empresas geradoras em proceder a reanálise técnica e comercial desse Acordo e divulgar suas conclusões para solução dessas controvérsias até 25 de abril de 2002. A administração da AES Tietê por entender que sua interpretação do Acordo é a mais apropriada, decidiu, em 31 de dezembro de 2001, registrar, como receita adicional, no resultado do exercício, sua estimativa no valor de R\$ 53.132.000 (efeito no resultado da equivalência patrimonial na Companhia é de R\$ 3.356.000), a qual corresponde à informação disponibilizada pela ASMAE em 21 de março de 2002.

7. DEBÊNTURES

O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

	31/12/2001		
	Circulante	Longo prazo	Total
Debêntures:			
1ª série	54.064.665	-	54.064.665
2ª série	-	61.838.609	61.838.609
Total	54.064.665	61.838.609	115.903.274

As debêntures foram emitidas em duas séries, remuneradas pela variação do IGP-M, acrescida de juros de 12% a.a., com vencimentos em agosto de 2002 e agosto de 2003 para a primeira e segunda séries, respectivamente.

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social, parcialmente integralizado, é constituído de 41.224.100 (quarenta e um milhões, duzentas e vinte e quatro mil e cem) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes a acionistas residentes no exterior, conforme segue:

	Quantidade de ações
Acionistas	
AES Bridge I Ltd.	41.224.099
AES Bridge II Ltd.	1
Total	41.224.100

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 (Em reais – R\$)

	2001
RESULTADO OPERACIONAL	
Equivalência patrimonial	12.254.901
Amortização de ágio em investimentos	(4.725.817)
Outras despesas administrativas	(9.263)
Amortização do diferido	(539.022)
Receita financeira	20.577
Despesa financeira	(5.771.943)
Variações monetárias – líquidas	(3.188.284)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(1.958.851)
TRIBUTOS:	
Contribuição social diferida	433.721
Imposto de renda diferido	1.355.377
Total	1.789.098
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(169.753)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – EM R\$	(4,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001 (Em reais – R\$)

	2001
ORIGENS DOS RECURSOS	
Dos acionistas –	
Integralização/aumento de capital	41.224.000
De terceiros –	
Dividendos recebidos	10.739.782
Ingresso de novos empréstimos	60.138.189
Total das origens dos recursos	112.101.971
APLICAÇÕES DOS RECURSOS	
Das operações:	
Prejuízo líquido do exercício	169.753
Equivalência patrimonial	12.254.901
Amortização do ágio em investimentos	(4.725.817)
Amortização do diferido	(539.022)
Encargos da dívida – Longo prazo	(3.217.107)
Variação monetária/cambial – Longo prazo	(1.700.420)
Tributos e contribuições sociais diferidos a longo prazo	1.789.098
Total aplicado nas operações	4.031.386
Aumento no ativo diferido	3.254.870
Integralização de novos investimentos	150.307.451
Total das aplicações dos recursos	157.593.707

AUMENTO NA DEFICIÊNCIA DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (45.491.736)

DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO NA DEFICIÊNCIA DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	2001
Ativo circulante:	
No início do exercício	100
No fim do exercício	11.123.665
	11.123.565

	2001
Passivo circulante:	
No início do exercício	-
No fim do exercício	56.615.301
	56.615.301

AUMENTO NA DEFICIÊNCIA DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (45.491.736)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ DAVID TRAVESSO - Presidente
DEMÓSTENES BARBOSA DA SILVA
ANDREA CRISTINA RUSHMANN

DIRETORIA

ANDREA CRISTINA RUSHMANN PAULO ROBERTO DUTRA
Diretora-Presidente Diretor de Relações com Investidores

KELLEN GONCALVES FURTADO
Contadora – CRC 1RJ079214/O-5 "S"-SP

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Energia Paulista Participações S.A. São Paulo – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Energia Paulista Participações S.A., levantados em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a controlada indireta AES Tietê S.A. (Tietê) registrou, como receita do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, o montante de R\$ 53.132 mil, correspondente à diferença entre sua estimativa de ressarcimento de energia livre e a estimada e disponibilizada pela Administradora do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE. A estimativa da Tietê foi baseada na sua interpretação dos termos do Acordo Geral do Setor Elétrico sobre esse assunto. Tal interpretação será analisada pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica até 25 de abril de 2002, quando, só então, estará solucionada a questão. As práticas contábeis brasileiras caracterizam esse assunto como um ativo contingente, não passível de registro contábil; tal entendimento também está expressado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2001 o saldo dos investimentos e do patrimônio líquido da Companhia estão aumentados em R\$ 3.356 mil, e o prejuízo por lote de mil ações está diminuído em R\$ 0,08 em 31 de dezembro de 2001.

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia Paulista Participações S.A. em 31 de dezembro de 2001 e de 2000, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira.